

## A POLÍTICA INDIGENISTA COMO OBJETO DE ESTUDO: 1930-1967\*

*Leandro Mendes Rocha\**

### **Resumo**

Este artigo pretende fazer uma análise crítica dos estudos referentes à política indigenista do Brasil no período de 1930 a 1967, procurando estabelecer lacunas e impasses existentes na historiografia assim como apontar outras perspectivas e direção para estudos sobre o tema. Pretende também apresentar um panorama das fontes sobre o tema e possibilidades de análise dos acervos.

Neste artigo, fazemos um balanço crítico dos estudos sobre a política indigenista<sup>1</sup> no período de 1930 a 1967, procurando ressaltar o estado da questão, impasses e possíveis soluções para sua superação, assim como, apresentar um roteiro das fontes existentes, sua localização e possibilidades de utilização.

Constatamos que as informações sobre a atuação do Estado em relação aos índios no Brasil são abundantes mas fragmentadas. A antropologia, que dentro da divisão do trabalho acadêmico é a disciplina que geralmente se ocupa da questão indígena, vem se caracterizando, com raras exceções, por estudos tradicionais marcados por enfoques voltados para o 'micro' e pelo corte sincrônico. Em geral, trata-se de estudos de

---

\* Trabalho apresentado no XVIII Simpósio Nacional de História – História e Identidades, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH, em julho de 1995.

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

casos localizados, feitos com objetivos outros que não o de estudar a política indigenista.

Confrontados com os preconceitos dos não especialistas que unificam debaixo da noção de “índio” os costumes e as línguas que não se remetem às tradições conhecidas do ocidente, os antropólogos têm freqüentemente sublinhado as diferenças internas a grupos e culturas apontando ainda as diversas representações que tais povos fazem do seu contato com o homem branco e de sua inserção nessa história. A ação das frentes de expansão e das agências de contato são apanhadas a nível local, descritas com grande minúcia, enquanto fenômenos sociais e articulados aos diferentes códigos culturais que estão em jogo nessa situação típica (Oliveira Filho, 1983, p. 656).

Embora possuam uma relevância indiscutível, esses trabalhos não invalidam outros tipos de abordagem que procuram “apreender” de forma integrada os processos que homogeneizam os grupos étnicos perante a sociedade envolvente, como é o caso dos estudos específicos sobre a política indigenista.

Por outro lado, se as informações sobre a política indigenista são fragmentadas, a bibliografia específica sobre a política indigenista no século XX, notadamente aquela relativa ao período que compreende entre 1930 e 1967, é escassa.

Um dos principais trabalhos sobre a política indigenista é a obra de Ribeiro (1962), intitulada *A política indigenista brasileira*. Ribeiro elaborou o que foi caracterizado como a versão oficial da história da proteção aos índios. Trata-se de uma defesa do SPI, elaborada em um momento em que este sofria ameaça de extinção.<sup>2</sup>

O livro divide-se em três capítulos. No primeiro, aborda a história do SPI desde sua criação até o início dos anos 60. No segundo, o autor analisa alguns aspectos da ação indigenista como, por exemplo, a questão da terra, o estatuto jurídico e os problemas enfrentados pelos índios quando se estabelecem os primeiros contatos. O terceiro capítulo, que consideramos mais importante devido ao seu teor ideológico, apresenta um projeto para a política indigenista brasileira com base no modelo do indigenismo mexicano. Esse trabalho, com pequenas alterações, foi incorporado em outra obra que se tornou um clássico de Ribe-

ro (1970), *Os índios e a civilização*, que trata do contato dos índios com as diferentes frentes de expansão e o processo de transfiguração étnica.

Ao fazer um balanço das atividades do Serviço de Proteção aos Índios, Ribeiro constatou que as “pacificações”<sup>3</sup> dos índios haviam representado sempre a redução do seu território em consequência da liberação de áreas tradicionais indígenas à ação de extratores, agricultores ou criadores.

O SPI teria atuado “entre duas forças”: o governo central representando “interesses longinquamente vinculados às fronteiras de expansão” e os governos locais que, como “expressão dos interesses econômicos em choque com os índios”, opunham toda sorte de dificuldades ao referido serviço. Ao analisar as atividades de assistência, a conclusão foi de que:

chamado a intervir para salvar as tribos de uma destruição fatal – caso tivessem que enfrentar com suas próprias forças a competição ecológica com populações infinitamente mais numerosas e mais bem equipadas culturalmente – não consegue impedir que os índios, depois de desarmados, sejam conduzidos à condição de extrema penúria (Ribeiro, 1970, p. 187).

Não obstante as dificuldades e desacertos, o SPI teria logrado, através da ação dos postos indígenas,<sup>4</sup> assegurar aos índios as condições mínimas necessárias à sua preservação como grupo étnico diferenciado. Uma das causas das dificuldades da política indigenista teria sido a insuficiência crônica de fundos orçamentários. Ainda segundo este, dos 230 grupos indígenas catalogados em 1900, apenas 143 conseguiram sobreviver como tal até 1957.

Ribeiro defende o SPI, abordando de forma comprometida (esse autor fez parte dos quadros do órgão entre 1947 e 1957) a existência dessa agência. Apresenta-a como a única solução para evitar a iminente extinção dos índios, mostrando que sem sua existência estes fatalmente desapareceriam, exterminados pela ação das frentes de expansão. Ribeiro, cujas idéias influenciaram profundamente toda uma geração de cientistas sociais, apresenta a política indigenista brasileira e seu principal agente, o SPI, como herdeiros dos ideais de Rondon através da

imagem de uma pretensa exemplaridade do general fundador do SPI e de seus seguidores.<sup>5</sup>

Ao apresentar uma dicotomia entre o poder central e os poderes locais, o autor faz uma análise que acreditamos equivocada, por deixar em segundo plano as relações do Estado brasileiro com as diferentes classes e frações de classe no âmbito regional.

Baldus (1962) analisa a ação indigenista sob três aspectos: proteção, pacificação e “formação cultural dirigida”. Após reproduzir as idéias básicas de Ribeiro e enaltecer o papel de Rondon como inspirador da ação do SPI, conclui que este órgão apresentou uma série de deficiências em sua atuação: excessiva burocratização do serviço, falta de pessoal qualificado, interferência da política partidária na ação do SPI, corrupção, papel desintegrador das escolas do SPI, intervenção de funcionários do SPI no modo de vida das populações etc. Como solução para as deficiências da política indigenista, propõe a criação do Instituto Indigenista Brasileiro, que seria um “centro de antropologia aplicada”.

Arnaud (1973), por sua vez, analisa a política indigenista no período republicano em função da legislação e sua aplicação, enfatizando os seus aspectos jurídicos. Em termos gerais, segue a linha de raciocínio de Ribeiro, debitando os problemas da política indigenista à escassez de recursos orçamentários e pessoal qualificado. Esse mesmo autor em outros trabalhos (1971 e 1974), analisa aspectos concretos da política indigenista em relação a regiões e grupos específicos.

Oliveira (1962, 1963, 1964, 1966, 1967, 1969, 1971, 1972, 1972b, 1976, 1978) reúne várias obras tendo por objetivo principal o contato interétnico,<sup>6</sup> onde aborda alguns aspectos da política indigenista nos anos 60. Aponta o inegável caráter protetor do SPI através da ação dos Postos Indígenas ao analisar o papel destes no processo de “assimilação”<sup>7</sup> dos índios na sociedade de classes. Levanta ainda algumas questões, como por exemplo, a contradição representada pela ação do SPI enquanto agência governamental e sua subordinação ao Ministério da Agricultura que, com sua política de desenvolvimento e modernização da agricultura, inevitavelmente entrava em choque com os objetivos da proteção aos índios. Oliveira aborda também as diversas posturas que nortearam a ação do Estado no trato da questão indígena. Para este autor, a “secularização” da práxis indigenista, levada a cabo

pelo SPI, representou um avanço do Estado na sua política em relação aos índios.

Nos estudos sobre contato interétnico, Oliveira (1962, 1963, 1964 e 1965) desenvolve a teoria da fricção interétnica. Tendo como referência a noção de “situação colonial” tal como havia sido utilizada por Balandier em estudo sobre a África, Oliveira utiliza-se da teoria da “fricção interétnica” como forma de superar as limitações das pesquisas antropológicas que focalizam as mudanças através de processos vistos separadamente uns dos outros. Ele destaca a preocupação com a totalidade, considerando o contato interétnico entre grupos que se relacionam em termos de domínio e submissão, envolvendo uma totalidade que engloba a conduta tribal e não tribal. Mais tarde (1965 e 1967) Oliveira passa a caracterizar “fricção interétnica” como um sistema interétnico composto pelos subsistemas tribal e nacional. Analiticamente, aponta uma correspondência lógica entre o fenômeno do contato e o das classes sociais, afirmando que a fricção interétnica seria o equivalente “lógico mas não ontológico” da chamada luta de classes. No plano conceitual, são indicados duas ferramentas analíticas. O conceito de “frente de expansão” e de “agentes interculturais”. Um problema se impõe e demonstra a dificuldade desse modelo para o estudo das ações estatais: um posto indígena, uma base militar, a ação de outros órgãos federais, podem ser compreendidos como “frente de expansão” ou como simples “agentes interculturais”? Nesse quadro, as instituições são pulverizadas em ações individuais de seus representantes. Oliveira resgata categorias herdadas dos estudos sobre aculturação, os quais procurava rechaçar.<sup>8</sup> De qualquer forma, ao elaborar e propor outra abordagem para os estudos de contato interétnico, Oliveira abre novos caminhos para o estudo da política indigenista. Embora sem desenvolver com maiores detalhes (o objeto de suas preocupações era outro), afirma que uma investigação sobre a política indigenista deveria focalizar a produção do “pensamento indigenista”<sup>9</sup> objetivando “penetrar” nas “ideologias indigenistas”<sup>10</sup> – vistas neste caso como um sistema de representação –, desvendando assim o teor colonialista da ação do Estado. A noção de “colonialismo interno” serviria desta forma, como “pólo de referência” para as análises das relações interétnicas permeadas ou não por instituições governamentais, tornando possível, portanto, transcender a “área indigenista”, compreendendo-a no quadro mais amplo da sociedade

nacional. “[...] as práticas indigenistas são mais o resultado de fatores inerentes a determinados sistemas sociais globais (como as sociedades nacionais ou coloniais), do que fruto de um outro governo particular” (Oliveira, 1978, p. 78).

Gagliardi (1989), embora estenda suas análises até a extinção do SPI, dedica poucas páginas à política indigenista no período posterior a 1930. Esse autor tem o mérito de relacionar a política indigenista a processos mais amplos contextualizando-a, embora o faça utilizando-se de posições historiográficas que foram objeto de crítica. Esse é o caso de sua análise da política indigenista pós 1930, onde a Revolução de 1930 é apresentada como um movimento “que teve como objetivo acabar com o poder político das oligarquias”. Nesse livro, fruto de uma tese de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, são reproduzidas as principais teses de Ribeiro.

Souza Lima (1985, 1987, 1989 e 1991) utilizando-se do conceito de “campo” na acepção de Pierre Bourdieu faz uma crítica da visão produzida endogenamente ao SPI, visão encontrada em Sature (1955), Ribeiro (1962 e 1977) e Gagliardi (1989).

Em escritos posteriores, Souza Lima apresenta aspectos que consideramos interessantes, sobretudo em sua forma de abordagem da política indigenista. Em “O governo dos índios sob a gestão do SPI”, Souza Lima (1991) avança algumas questões no sentido de contextualizar a ação dos SPI dentro de um quadro histórico mais amplo de organização dos aparelhos de Estado. Nesse artigo, entretanto, Souza Lima se restringe mais à legislação e a sua aplicação, ressaltando os aspectos relacionados à organização do SPI e aos discursos sobre a “nacionalização” e “integração” do índio. Ao tratar do SPI e da política indigenista, apresenta teses que vão ao encontro de nossas posições sobre o tema. Para esse autor, a extinção do Serviço e a criação da FUNAI, ainda que atendendo também a uma “necessidade de conferir, no plano internacional, visibilidade positiva aos aparelhos de Estado” do país – fruto da importância do financiamento externo e das transformações que se queria implementar –, devem ser entendidas dentro de um movimento mais geral de redefinição da burocracia, realizado nos anos de 1967-1968 (Souza Lima, 1991, p. 170). Concordamos com a contextualização do processo de extinção do SPI dentro de um quadro maior de reordenamento dos aparelhos de Estado; aliás, esse é um dos aspectos importan-

tes desta análise bastante inovadora sobre a extinção do SPI e, conseqüentemente, da criação da FUNAI.

Em sua tese de doutoramento, Souza Lima (1992) estuda o “poder tutelar” como o modo de relacionamento e governamentalização<sup>11</sup> de poderes, concebido para forjar uma única nação. O estudo tem como centro de referência, o SPI considerado como:

lugar do qual se luta para centralizar e manter o monopólio sobre o exercício de diversos poderes sobre os povos nativos. Sua finalidade seria implantar, gerir e reproduzir tal forma de poder de Estado, com suas técnicas (práticas administrativas), principais normas e leis constituídas e constituintes de um modo de governo sobre o que seria denominado de índio (Souza Lima, 1992, p. 2).

Nessa tese, é abordada a integração de populações que, destruídas, submetidas através da guerra ou de outros modos de dominação hegemônicas pelo conquistador, passaram a objeto do “poder tutelar”. Souza Lima, baseado nas idéias de Foucault sobre as formas de individualização e “assujeitamento” que se “governamentaliza” progressivamente com a formação do Estado Moderno, assume um viés interpretativo segundo o qual o “poder tutelar” é uma forma reelaborada (através de continuidades e de deslocamentos) de uma guerra, guerra sublimada, presente como retórica, sendo ausente a violência da força física:

é uma forma reelaborada de uma guerra, ou de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de relacionamento entre um “eu” e um “outro” isto é a conquista, cujos princípios se repetem - como toda repetição, de forma diferenciada - a cada pacificação. (Souza Lima, 1992, 5)

Ações com as “pacificações”/“atrações” são vistas como métodos atualizados de deslocamento das relações de violência para as relações de poder. O SPI em suas ações, assumiria diferentes formas de “racionalização” da guerra, através da “conquista” e subsequente “administração do butim”, processo este que o autor denominou “grande cerco de paz”.

Como vimos, Souza Lima analisa o poder tutelar a partir de uma releitura de Foucault, principalmente no que se refere às formas de individualização e assujeitamento que se “governamentalizam” progressivamente com a formação do Estado Moderno, sendo o poder pensado como combate, confronto e guerra prolongada por outros meios.

Além dos estudos que abarcam a política indigenista em seus aspectos mais abrangentes, existem ainda estudos localizados, sobre grupos indígenas específicos e o SPI. Esse é o caso de Arnaud (1971), Santos (1970, 1973), Oliveira (1961, 1962, 1968 e 1972), Oliveira Filho (1988) e Menezes (1991). Oliveira Filho (1988) se ocupou do relacionamento do SPI e da FUNAI com o grupo indígena Tikuna. Através de um estudo de caso, focaliza a ação do Estado brasileiro procurando desvendar aspectos relacionados às condições, o caráter e as conseqüências dessa ação. O autor, ao buscar destacar os aspectos dinâmicos das relações sociais com base na análise de “objetos históricos concretos situados em tempo real”, procura afastar-se de noções de política como atividade que se desenvolve em totalidade social fechada e auto-explicável. O autor usa como quadro referencial o fato de considerar a dominação como um processo marcado “por sua intencionalidade, isto é, por seus fins serem assumidos por indivíduos (ou grupos) como relevantes para a coletividade e serem perseguidos de modo relativamente consistente em uma seqüência articulada de atos”.

Oliveira Filho tenta demonstrar que as implicações de uma situação colonial não se esgotam em descrições de caráter polarizador ou simplificador, “seja minimizando-as e enquadrando a presença colonial como um apêndice sobreposto às instituições tradicionais, seja maximizando-as e passando a descrever o sistema político resultante como ilegítimo e imposto exclusivamente por forças externas”. Nesse sentido, são buscados os “fundamentos internos da dominação” evidenciando a “forte e íntima articulação que criam entre si as instituições nativas e as instituições coloniais” afastando-se assim das “concepções reducionistas” que vêem o processo de dominação como uma relação de “sujeição absoluta onde o pólo dominado não desempenharia também uma função ativa, reinterpretando, solucionando e remanejando as pressões que recebe do pólo dominante”. É com essa perspectiva, que consideramos muito rica, que o autor procura explicitar como foi vivida e concebida pelos Tikuna a ação do Estado.



Menezes (1991) analisa a criação do Parque do Xingu em um momento de intensas transformações no país (anos 40), segundo uma perspectiva de apropriação do espaço pelo Estado, baseado em interesses geopolíticos determinados. Em seu artigo, é privilegiado o estudo da atuação de atores e agências do Estado cuja função é “administrar o deslocamento e a ocupação espacial da área”. Nesse sentido, Menezes ressalta ser possível estudar a “fronteira enquanto fato público”. Por outro lado, a estreita cooperação SPI/FAB leva a uma análise da questão índio x militar sob o prisma geopolítico da estratégia representada pelas áreas de fronteira, aparecendo o SPI como o agente estatal responsável pela viabilização da ordem (no caso representada pela base da FAB), implicando o controle do território no “sentido topológico da hierarquia dos lugares”.

Menezes compartilha das idéias de Oliveira Filho (1983), identificando o papel desempenhado pelo indigenismo oficial que, ao criar o Parque, aponta as “mediações para a formação de um campesinato indígena”, através das ações de “atração” e “pacificação”. Embora apresente aspectos interessantes e esclarecedores sobre o significado geopolítico e econômico da criação do Parque do Xingu, o artigo analisa este acontecimento segundo uma perspectiva centrada excessivamente sob a ótica espacial, mediatizada por uma estratégia militar, relegando a segundo plano outros aspectos que consideramos importantes como: a modernização dos aparelhos de Estado; a presença e expansão de um Estado que busca novos espaços de atuação dentro do território em um contexto em que deve assumir novos papéis, inclusive aqueles ligados ao favorecimento e ao desenvolvimento das forças produtivas dentro dos quadros de uma nova fase de acumulação e expansão do capital no interior do país; a relação poder central *versus* interesses locais; a política do Estado populista para o campo; a relação entre o populismo, a “marcha para o oeste” (não só como retórica mas também como medidas efetivas) e a criação do Parque.

A autora simplifica demasiadamente o processo da criação do Parque ao restringir esse ato a uma aliança entre setores do indigenismo oficial e setores das forças armadas. Da análise, depreende-se uma visão simplificadora do Estado, como se o SPI e a Força Aérea Brasileira não fizessem parte do mesmo Estado, embora, como aparelhos de Estado, apresentem relações complexas e muitas vezes contraditórias entre si.

Enfim, falta uma maior contextualização da criação do Parque dentro de processos históricos mais amplos pelos quais passava o Brasil naquele momento. A autora não avança no sentido de entender os conflitos entre as diferentes agências ou aparelhos no interior do Estado quanto à conveniência da criação do Parque dentro de um contexto mais amplo em que estão situados os diversos atores sociais, os representantes políticos das diversas classes ou frações de classes sociais em luta no Estado ou pelo seu controle. Ou seja, negligencia as relações entre o poder político e as classes sociais dentro de uma determinada formação social.

Da leitura da historiografia/etnografia, percebemos a existência de lacunas importantes nos estudos sobre a política indigenista pós-30. Constatamos que os estudos da política indigenista brasileira, enquanto práticas e discursos produzidos a partir dos aparelhos do Estado, não têm sido bem equacionados. A maioria das análises realizadas caracteriza-se pelo não privilégio, ausência ou mesmo não utilização de uma visão crítica do Estado, da sociedade política e sua relação com o resto da sociedade. Grande parte desses estudos reduz a ação do Estado à ação da agência encarregada da execução da política indigenista, negligenciando o papel desempenhado pelos demais aparelhos do Estado. A política indigenista é muitas vezes reduzida à ação do SPI.

Poucos dos trabalhos consultados falam, por exemplo, da ação de outras agências que também tiveram alguma influência na política indigenista entre os anos 30 a 60, como é o caso da Fundação Brasil Central (FBC), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) ou mesmo das Forças Armadas nas regiões de fronteira da Amazônia.

Ao consultarmos as fontes relativas ao período, percebemos que a Fundação Brasil Central (órgão criado sob a influência da visão geopolítica dos militares brasileiros em 1944, sob o signo da “ideologia da Marcha para o Oeste”, com o objetivo de “desbravamento e colonização” das regiões do Brasil central e ocidental, notadamente a região dos rios Araguaia e Xingu), desempenhou importante papel não só no estabelecimento do contato com inúmeras tribos, como na implementação da assistência a essas comunidades. Esse órgão atuou diretamente na região do Xingu com uma equipe própria de “sertanistas”<sup>12</sup> muitas vezes com orientação diferente daquela seguida pelo SPI.

A ação do CNPI, instituição criada em 1939 com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política indigenista, também é negligenciada. Outras agências do Estado, que de alguma forma atuaram diretamente sobre as populações indígenas no Brasil, devem ser lembradas. Pouco se fala, por exemplo, no papel do Exército na ação indigenista junto aos grupos que habitam as regiões de fronteira como é o caso dos Tikuna na região fronteira com o Peru e a Colômbia ou mesmo o papel da Aeronáutica na região das fronteiras com as Guianas.

Acreditamos que, para a compreensão da política indigenista, faz-se necessário o entendimento do Estado moderno em todas as suas especificidades e sobretudo a articulação desta política com o projeto de desenvolvimento levado a cabo pelo Estado dentro de uma formação social determinada. Faz-se necessário, portanto, um trabalho que articule a política indigenista com as fases de edificação do capitalismo ou outros processos mais amplos pelos quais passou a sociedade brasileira.

Estudar a política indigenista é, sob esse ponto de vista, procurar sua articulação com o projeto de desenvolvimento formulado segundo os interesses das classes hegemônicas em uma determinada formação social. A política indigenista é vista como fruto de um processo histórico resultante da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de ação que lhes é próprio, assim como interesses materiais e valores distintos cuja oposição, conciliação ou superação é seu motor.

Levando em conta a história da política indigenista entre 1930 e 1967, questões importantes se apresentam: se, como afirma Ribeiro (1977), entre 1900 e 1957, quase uma centena de grupos étnicos desapareceu, qual foi o papel do Estado nesse processo? Seriam os problemas enfrentados pela agência encarregada da condução da política indigenista uma consequência direta da escassez de recursos? A extinção do SPI e a sua substituição pela FUNAI foi o resultado de um processo mais amplo de colapso do “Estado populista”? Qual o papel dos postos indígenas na execução da política indigenista? Qual o papel de outras agências do Estado como o CNPI, a FBC e as forças armadas? Como os índios reagiram a essas ações? Necessário se faz, ainda, verificar qual a repercussão que as políticas relativas às populações tribais tiveram junto aos diversos segmentos da sociedade brasileira no período.

Finalmente, é interessante não perder de vista a ação complexa e mediatizada do Estado, estudando a articulação entre o poder central

- representado pelo governo federal - e os poderes locais - representados pelos governos estaduais e municipais. Um estudo como o que propomos exige uma metodologia diferente daquela normalmente empregada pelos cientistas sociais, que se ocupam de “estudos localizados”; exige uma metodologia voltada para uma visão totalizante e histórica.

Por outro lado, o universo sobre o qual o Estado atuou é bastante complexo, engloba mais de uma centena de etnias em diferentes graus de contato com a sociedade envolvente, assim como submetidas a frentes de expansão diferenciadas. Esse fato obriga aquele que empreender tal tarefa a utilizar estudos de caso para, desta forma, poder dar uma idéia ampla da ação indigenista do Estado brasileiro. A escolha dos ‘casos-exemplos’ deveria levar em consideração:

- 1) existência de literatura etnográfica abundante assim como documentação sobre a atuação do Estado;
- 2) o fato de representarem diferentes realidades culturais, geográficas e diferentes formas de inserção na sociedade brasileira.

Dois tipos principais de fontes poderão ser utilizados: primeiro, aquelas provenientes de arquivos ou centros de documentação, constituídos de Relatórios, Decretos, Leis, Projetos etc; segundo, a bibliografia etnológica, em busca de observações ou mesmo interpretações que tenham por referência aspectos da atuação do Estado. Naturalmente, este último tipo de fonte deverá ser utilizado quando trate dos problemas de mudança cultural, de aculturação, ou mesmo dos estudos sobre a “fricção interétnica”.

No aspecto metodológico, o uso de materiais etnográficos traz vantagens e, ao mesmo tempo, algumas desvantagens. Se, por um lado, permite a comparação com outras fontes, impossibilita, por outro, o esclarecimento de questões que não foram cogitadas pelos autores quando da realização de suas respectivas pesquisas. Como esses dados etnográficos foram cristalizados num determinado corpo interpretativo, o historiador, em alguns casos, deverá proceder a um trabalho de reinterpretação de dados apresentados por aqueles cientistas sociais, segundo uma perspectiva que atenda aos seus objetivos. Neste sentido, concordamos com Oliveira Filho (1983) para quem os estudos etnológicos localizados têm a importante função de “fornecedores de dados mais confiáveis para a comparação e controle, mas principalmente como modalida-

des de concretização e aprofundamento dos processos sociais diagnosticados anteriormente apenas a nível de tendências e antagonismos bem gerais” (Oliveira Filho, 1983, p. 657).

Dentre as fontes etnográficas destacam-se: Arnaud (1961, 1964, 1971a, 1971b, 1978, 1981), Baldus (1937), Galvão (1957 e 1960) Las Casas (1964), Schaden (1955 e 1965), Oliveira (1960, 1963, 1968 e 1972), Laraia e Matta (1967) e Santos (1970), entre outros.

Outra fonte possível de ser utilizada é formada pelo conjunto de artigos de jornais. O uso de artigos como fonte de pesquisa – devido à quantidade de dados que agrega – exigirá um esforço metodológico suplementar e o uso de técnicas que permitam recuperar a informação de forma rápida e eficiente.

Completam as fontes passíveis de utilização as entrevistas com os diversos atores sociais ainda vivos, que vivenciaram a política indigenista no período: índios, antropólogos, funcionários do SPI etc.

Para aqueles que se disponham a escrever a história da política indigenista no período 1930-1967, duas obras são de consulta obrigatória: *O guia de fontes para a história indígena e Indigenismo em arquivos brasileiros*, organizado pelo professor John Manuel Monteiro e *O índio na história do Brasil*, organizado pela professora Manuela Carneiro da Cunha. O *Guia* foi concebido como projeto interdisciplinar e interinstitucional envolvendo historiadores e antropólogos inspirado no *Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*, publicado pelo Arquivo Nacional na ocasião do centenário da escravidão. O *Guia* fornece dados cadastrais de instituição ou pessoa física possuidores de acervos, detalhando condições de acesso, horários, possibilidade de cópia, datas-limite, tratamento técnico e tipos de instrumentos de pesquisa disponíveis. A outra obra, organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, apresenta um exaustivo levantamento de teses, artigos e publicações sobre o índio e o indigenismo brasileiro assim como um artigo de autoria de Souza Lima que trata especificamente do período de que nos ocupamos aqui, com boas indicações de caminhos a serem seguidos.

Sobre o SPI, CNPI e FBC no período, são de grande importância acervos existentes no Museu do Índio e Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro; Centro de Documentação da FUNAI, em Brasília, e Museu Goeldi, em Belém. A quase totalidade da documentação referente ao SPI

e FBC, composta de relatórios, atas, cartas, telegramas, mapas, fotografias, encontram-se disponíveis nestes três centros de documentação em forma de microfilme ou de originais. Sobretudo no Museu do Índio e no CEDOC/FUNAI existe importante documentação composta de recortes de jornais da grande imprensa referente ao período. O CEDOC, em Brasília, de cujo projeto de criação em 1986 participamos pessoalmente, guarda ainda importante acervo sobre regularização fundiária e documentos referentes às chamadas atividades-meio do SPI.

Concluimos, conclamando os historiadores a voltarem-se para o tema, aproveitando as sugestões e indicações feitas sucintamente neste artigo.

### Abstract

This article evaluates studies of Brazil's indian policy between 1930 and 1967. It identifies *lacunae* and problems in the existing historiography, and suggests possible directions and perspectives for the field. The article also includes a discussion of archival sources.

### Notas

- 1 Usamos o termo *indigenismo* mais devido à tradição deste termo e sua incorporação como adjetivação das ações estatais no Brasil e em outros países latino-americanos, do que no sentido ideológico, que nos remeteria à sua introdução no México e sua difusão na América Latina a partir do I Congresso Interamericano realizado em Patzcuáro, em 1940. Para efeito deste trabalho, consideramos política indigenista como "as diferentes práticas formuladas por distintos aparelhos estatais ou para-estatais que direta ou indiretamente afetam os povos indígenas".
- 2 Souza Lima, 1992, v. 27.
- 3 Termo utilizado no Brasil para designar a ação oficial de estabelecer o contato com grupos indígenas hostis.
- 4 É a unidade administrativa do Serviço de Proteção aos Índios mais próxima das aldeias. Em geral, conta com um enfermeiro, um professor e o "encarregado" do posto.

- 5 Uma crítica a essa visão comprometida de Ribeiro pode ser encontrada em Souza Lima (1987, 1988, 1989, 1990 e 1991).
- 6 Ao elaborar um quadro teórico para servir de referência às análises das relações interétnicas, esse autor, influenciado pelos escritos de Balandier sobre a África, conclui que a investigação das relações interétnicas lograria melhores resultados se fosse dada atenção também à análise da sociedade envolvente, visto que as sociedades tribais “mantém com a sociedade envolvente relações de oposição histórica e estruturalmente demonstráveis”. Os resultados deste enfoque metodológico são vários trabalhos desse autor e de sua equipe sobre a “fricção interétnica”, publicados entre os anos 60 e 70, que, como vemos mais tarde, são de grande utilidade para o estudo que estamos apresentando. Ver Oliveira (1978).
- 7 O termo foi introduzido pela antropologia no Brasil, nos anos 60. Oliveira, em sua obra sobre o processo de assimilação dos Terena (1960), explicita o que entende por assimilação: “o processo pelo qual um grupo étnico se incorpora noutra, perdendo sua (a) peculiaridade cultural e (b) sua identificação étnica anterior. Enquanto a primeira consequência (a) será o equivalente do processo de aculturação, a segunda (b) teria também um conteúdo psicológico, embora se caracterizasse em ser um fenômeno sócio-cultural.”
- 8 Uma interessante proposta de como resolver esse impasse teórico encontra-se em Oliveira Filho (1988, p. 54 e 59).
- 9 Oliveira (1978) conceituou “pensamento indigenista” como “as idéias e programas formulados e apresentados por políticos, administradores, religiosos, bem como por intelectuais interessados nesta problemática”.
- 10 Para Oliveira (1978, p. 15) “ideologia indigenista” é um “sistema de idéias, conceitos e preconceitos que nortearam a ação do Estado brasileiro no trato da questão indígena”.
- 11 Esse autor utiliza o termo “governamentalização” tal como foi utilizado por Michel Foucault.
- 12 O termo “sertanista” é utilizado no Brasil para designar elementos da sociedade envolvente ou agentes do Estado que se especializaram em promover expedições para estabelecer contatos com “grupos indígenas arredios”. São os encarregados das “turmas de pacificação”.

## Referências Bibliográficas

- ARNAUD, E. Breve informação sobre os índios Assurini e Parakana, Rio Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série* (Belém), n. 1, jul. 1961.
- \_\_\_\_\_. Notícia sobre os índios Gaviões do Oeste, Rio Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série* (Belém), n. 20, maio. 1964.
- \_\_\_\_\_. Os índios Oyampir e Emerilon (Rio Oiapoque). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série*. (Belém), n. 47, fev. 1971.
- \_\_\_\_\_. A ação indigenista no sul do Pará (1940-1970). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série* (Belém), n. 49, out. 1971.
- \_\_\_\_\_. Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.
- \_\_\_\_\_. Os índios Munduruku e o Serviço de Proteção aos Índios. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série*, (Belém), n. 54, dez. 1974.
- \_\_\_\_\_. Os índios Mirania e a expansão luso-brasileira no médio Solimões Japura, Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série* (Belém), n. 81, jul. 1981.
- BALDUS, H. A necessidade do trabalho indianista no Brasil. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (São Paulo), n. 142, p. 133-56, 1939.
- \_\_\_\_\_. Problemas indigenistas no Brasil. *América Indígena* (México), v. 1, n. 9, p. 48, 1951.
- \_\_\_\_\_. Tribos da baía do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios. *Revista do Museu Paulista* (São Paulo), n. 2, p. 137-68, 1948.
- \_\_\_\_\_. Os problemas da atração do indígena brasileiro ao contato com o branco. *Revista do Arquivo Municipal*, (São Paulo), CXLII, 1951.
- \_\_\_\_\_. Métodos y resultados de la acción indigenista en el Brasil. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 35. *Anais...* México: Livros de México, 1964, p. 307-22.
- CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



- DAVIS, S. *Victims of miracle: development and the indians of Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- FRIKEL, Protásio. *Dez anos de aculturação Tiryó: 1960-70*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971. (Publicações avulsas n. 16).
- GAGLIARDI, J. M. *O indígena e a república*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado...).
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LAS CASAS, R. Índios e brasileiros no vale do rio Tapajós. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, Nova Série (Belém)*, n. 23, out. 1964.
- LARAIA, R. B. Akuawa Assurini e Surui: análise de dois grupos tupi. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (São Paulo)*, 1972.
- \_\_\_\_\_. Integração e utopia. *Revista de Cultura Vozes (Rio de Janeiro)*, n. 70, v. 3, p. 5-14, abr. 1976.
- LARAIA, R. B.; MATTA, R. da. *Índios e castanheiros*. São Paulo: Difel, 1967.
- LEITE, J. C. F.; LIMA, A. C. S. Da transitoriedade do índio: considerações sobre a proteção oficial ao índio durante a primeira República. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. GT História Indígena e do Indigenismo (datilografado). 1986.
- LIMA, Carmen Sylvia Junqueira de B. *Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingu*. Rio Claro, 1967. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia.
- \_\_\_\_\_. *Os índios de Ipavu: um estudo sobre a vida do grupo Kamaiurá*. São Paulo: Ática. 1978.
- MATTA, R. da. Notas sobre o contato e a extinção dos índios Gaviões do Médio Tocantins. *Revista do Museu Paulista, (São Paulo)*, v. 14, 1963.
- MENEZES, M. L. P. Parque indígena do Xingu: um estudo das relações entre indigenismo e geopolítica. In: LÉNA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia (Org). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. (Coleção Eduardo Galvão).
- MOREIRA NETO, C. A. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. *Revista de Antropologia*, v. 2, jun./dez. 1959.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de.; LIMA, Antônio Carlos de Souza.

- Os muitos fôlegos do indigenismo. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org). *Anuário Antropológico/81*. Fortaleza: UFC, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p. 277-80.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem. *Boletim do Museu Nacional* (Rio de Janeiro), n. 44, Nova Série, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq, 1988.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Preliminares de uma pesquisa sobre a assimilação dos Terena. *Revista de Antropologia* (São Paulo), v. 5, n. 2, 1957.
- \_\_\_\_\_. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terena. *Boletim do Museu Nacional* (Rio de Janeiro), n. 18, 1958.
- \_\_\_\_\_. Urbanização sem assimilação: estudo dos Terena destribalizados. *Ciência e Cultura* (São Paulo), v. 10, n. 3, 1958.
- \_\_\_\_\_. A situação atual dos Tapirapé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, Nova Série, n. 3, jul. 1959.
- \_\_\_\_\_. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. El desarrollo de los grupos selvícolas del Brasil. *Anuario Indigenista*, v. 28, diciembre. 1968.
- \_\_\_\_\_. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O índio e o mundo dos brancos*. 3. ed. Brasília: UnB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia do Brasil indígena*. (1.ed. 1972). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: UnB, 1978.
- RIBEIRO, Darcy. *O indigenista Rondon*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- \_\_\_\_\_. A obra indigenista de Rondon. *América Indígena* (México), n. 19, v. 2, p. 87-113, 1959.
- \_\_\_\_\_. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SANTOS, S. C. A escola entre duas populações tribais. *Antropologia*, (São Paulo), v. 14, 1966.

- \_\_\_\_\_. *A integração do índio na sociedade regional: o papel dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de Souza. Catequese x extermínio; catequese x proteção: um estudo do campo indigenista de 1910 a 1930. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8. (Rio de Janeiro), 1984.
- \_\_\_\_\_. *Aos feitichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Sobre o indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática de proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 149-304.
- \_\_\_\_\_. O santo soldado; pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade: uma leitura de *Rondon conta sua vida*, de Esther de Viveiros. *Comunicação*, v. 21, p. 1-80, 1990.
- \_\_\_\_\_. Militares, índios e fronteiras políticas. In: LÉNA, Phipile e OLIVEIRA, Adélia (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. (Coleção Eduardo Galvão).
- \_\_\_\_\_. O governo dos índios sob a gestão do SPI IN, In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 1992. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do serviço de proteção aos índios. *Revista de História* (São Paulo), USP, 1960.